

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/015114.  
RECORRENTE: ROBERVAL VIANA DA SILVA.  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA  
BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: R000283530.

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, I do CTB – “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%.” Arguição de não recebimento de notificações. Notificação Ficta por impossibilidade de notificação postal, nos termos do artigo 13 da Resolução 619/2016. Recurso Conhecido e Improvido.

#### Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **R000283530**, ao rigor do art. 218, I do CTB, Código: 745-5/0, na data de **20/08/2016**, na Rodovia BA535, Km 21, SENTIDO DECRESCENTE, LAURO DE FREITAS/Bahia.

O recorrente apresenta como única argumentação a suposta ausência de notificação. Acostou a documentação necessária à análise de suas argumentações tais como: cópia da NIP, do CRLV, da CNH.

É o relatório.

#### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Isto posto, verifico que **as razões recursais não atendem aos interesses legais do Recorrente, e evidentemente as argumentações contidas nas razões recursais não prosperam, pois o AIT é subsistente e regular, sendo respeitado o lapso temporal de 30 (trinta) dias entre a lavratura do auto de infração de trânsito e a expedição da NAI – Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, visto que o órgão autuador (SEINFRA/Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia - SIT expediu a NAI em 02/09/2016, ou seja, em apenas 13 (treze) dias após lavrado o AIT, (20/08/2016), não sendo possível acolher a impugnação levantada pelo Recorrente neste sentido, pois observado pela SEINFRA/SIT o quanto determinado no artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 619/2016 de transcrição abaixo:**

**Art. 4º À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.**

**§ 1º Quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio. (Grifei)**

Outrossim, como resta evidente no Relatório de Auto de Infração – Extrato, AR'S, é possível identificar que houve tentativa frustrada de entrega da NAI e NIP através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS, que devolveu a correspondência ao Órgão Autuador (SEINFRA/SIT) pelo motivo **“NÃO PROCURADO”** que é hipótese em que o AR aguardou na agência dos CORREIOS, mediante comunicação ao destinatário, pelo prazo de guarda de 20 (vinte) dias, e por não ser retirado na unidade postal foi devolvido ao REMETENTE, sendo considerada válida a notificação para todos os seus efeitos, nos termos do artigo 282, §1º do CTB. Mesmo que frustrada a tentativa de notificação real, a Administração Pública realizou a re-notificação do autuado por edital, devolvendo os prazos de defesa de autuação e recurso à JARI, emitindo, assim, a NAI e a NIP, por publicação em Edital, sendo a NAI no Diário Oficial do Estado da Bahia – DOE nº 22.179 de 18/05/2017 e a NIP no Diário Oficial do Estado da Bahia – DOE – nº 22.199. 15/06/2017, (Fonte: SMT: Sistema de Infrações de Trânsito), pelo que considero não houve afronta à ampla defesa e contraditório do administrado, por ser inquestionável a ocorrência da dupla notificação, o que evidencia que a SEINFRA/SIT agiu conforme previsão da legislação aplicável (artigo 13 da Resolução 619/2016 do CONTRAN. Vejamos:

**Art. 13. Esgotadas as tentativas para notificar o infrator ou o proprietário do veículo por meio postal ou pessoal, as notificações de que trata esta Resolução serão realizadas por edital publicado em diário oficial, na forma da lei, respeitados o disposto no §1º do art. 282 do CTB e os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva. (grifei)**

(...)

É de frisar, portanto, que não houve qualquer ilegalidade cometida pelo órgão autuador, pelo que a argumentação do Recorrente resta como equivocada, e encontram espaço apenas no seu anseio de ter o AIT – Auto de Infração de Trânsito arquivado, entretanto, não há qualquer mácula que desfigure a atuação Estatal, como aqui demonstrado.

Desta forma e por este motivo, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dano por **IMPROVIDO** pelas razões ora expostas, Julgando **VÁLIDO** o Registro do Auto de Infração nº. **R000283530**, mantendo sua exigibilidade, lavrado contra **ROBERVAL VIANA DA SILVA**.

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº **R000283530** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 10 de março de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente - Relator

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI